

## **A Guerra Cisplatina no contexto da formação dos estados nacionais na região platina (1825-1828)**

Lucas de Faria Junqueira  
Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB  
lucas.junqueira@ufob.edu.br

Na manhã de 20 de fevereiro de 1827, em Passo do Rosário (RS), quando “a serração se desfez aos raios ardentes do sol nascente, e o dia tórrido surgiu, descortinou-se o vale que se estendia à direita”, no qual o “exército republicano postara na primeira colina mais baixa as suas forças de cavalaria ligeira; na segunda o grosso da infantaria com a artilharia ao lado; em ambos os lados a cavalaria regular de Buenos Aires”. No rápido golpe de vista, “os chefes brasileiros relutaram em se convencer de que estivessem realmente diante de toda a força republicana”, marchando, “assim, o exército em linha de batalha, indo a cavalaria um pouco adiante da infantaria, em direção ao inimigo”.<sup>1</sup> Assim começava a batalha de Passo do Rosário, ou *Ituzaingó*, para os platinos, principal embate entre as forças das Províncias Unidas do Rio da Prata e as tropas do Império brasileiro na Guerra Cisplatina (1825-1828). O desfecho, a retirada brasileira após sete horas de confronto, acabou por apontar, no plano militar, o resultado da contenda: a dificuldade de ambos em impor uma derrota decisiva no campo de batalha corroborou os demais fatores, conjunturais ou seculares, para o encaminhamento diplomático rumo à independência da Banda Oriental, ou Província Cisplatina, feita Estado autônomo, a República Oriental do Uruguai, pela Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828.<sup>2</sup>

Busca-se aqui ressaltar o papel que a Guerra desempenhou para a conformação dos Estados nacionais na Bacia do Rio da Prata, contribuindo para a compreensão deste processo, tendo em vista que as formulações historiográficas comumente destacaram mais fatores identitários – antigos ou coevos –, políticos, econômicos e/ou diplomáticos para o surgimento do Uruguai emancipado.<sup>3</sup> Mesmo reconhecendo-se a pertinência destas formulações, há no fator militar algo um tanto determinante naquela conjuntura, e as experiências militares posteriores demonstraram o quão problemática em termos estratégicos era a guerra no Prata

oitocentista. Com efeito, o resultado do conflito pela posse da Banda Oriental foi crucial para o estabelecimento de um *status quo* na região – a existência do Uruguai independente –, contribuindo para a definição de uma longa contenda que remonta às ex-metrópoles ibéricas, herdadas pelos nascentes Estados centrados em Buenos Aires e Rio de Janeiro.

A primeira guerra em que se engajou o Império brasileiro independente ocorreu numa conjuntura desfavorável ao sucesso da empreitada. Faltavam recursos financeiros, os corpos militares e vasos da Armada viviam desfalcados de recrutas e havia atraso recorrente no pagamento dos soldos. Não eram poucas as queixas quanto a armamentos, alimentação, fardamento, disciplina e estado decadente dos quartéis. O recrutamento, feito à força, dada a quase ausência de voluntários para as forças imperiais após a Guerra de Independência,<sup>4</sup> era então um problema, e a deserção agravava o quadro dos minguados efetivos dos corpos militares brasileiros. Todos estes problemas, somados ao envio de tropas às províncias do Norte após a Confederação do Equador (1824), repercutiram nas dificuldades militares enfrentadas ao longo da contenda no Sul. No front político, vislumbrou-se uma gradual aversão ao conflito, dentro e fora do parlamento nacional. Após as primeiras demonstrações de apoio estimuladas pelo governo imperial e a imprensa áulica, não faltaram críticas à condução da guerra, suas consequências e mesmo ao seu resultado diplomático. Foi mais um dos elementos que indispuseram e municiaram a oposição contra D. Pedro I, que no bojo da peleja ainda passou pela crise estabelecida com os receios brasileiros quanto à definição da sucessão dinástica portuguesa de 1826, bem como por uma revolta das tropas mercenárias alemãs e irlandesas sediadas no Rio de Janeiro, em junho de 1828. Pandiá Calógeras fez uma síntese da situação brasileira decorrente do conflito:

De dia para dia, crescia a oposição nacional á lucta do Sul. Os gastos, grandes para a época, por ella ocasionados, prejudicavam o commercio, intensificavam a crise de circulação monetária, drenavam recursos para fora da zona laborante do paiz. Corsarios de Buenos-Ayres, de um lado, bloqueio do outro, paralystavam o escambo e destruíam a propriedade particular.<sup>5</sup>

Uma testemunha dos eventos, analisando a impopularidade da guerra em meio ao ambiente político brasileiro, argumentou que se viam os brasileiros, tendo em vista

o regime político adotado, distantes dos negócios do Estado, impossibilitando que o governo criasse

[...] raízes na vida nacional, preocupando-se também o povo pouco com o governo. E esta falta de união não produziu uma atmosfera de simpatia desejável, ao romper a guerra, e menos ainda o entusiasmo que teria levado o povo, como força nacional, a se interessar por ela. Somente nas províncias mais próximas houve algum interesse oriundo do trânsito de tropas que por ela passavam. Para o resto do país a guerra era considerada um negócio de governo, que a encarava como questão de honra, pois, a própria oposição, por motivos de ordem política, acolhera a guerra com restrito entusiasmo.<sup>6</sup>

Já Oliveira Lima destacou que “o sentimento nacional não tinha considerado nunca a Província Cisplatina como parte componente da pátria unificada”.<sup>7</sup> Difícil era considerá-la como qualquer outra província do Império, dadas as singularidades histórico-culturais, lembradas quando da incorporação de 1821, que dera *status* administrativo diferenciado, situação mantida sob domínio brasileiro. Aliás, não faltaram suspeitas quanto à legitimidade do ato de incorporação por parte do *cabildo* de Montevideu. Armitage sinalizou que “muitos dos membros desta corporação ocupavam empregos públicos”, tendo “recebido condecorações honoríficas do Governo do Rio de Janeiro: conseqüentemente nem eram árbitros imparciais, nem tinham poderes para tanto”.<sup>8</sup> Tudo apontava para a direta influência do general português Frederico Lecor para que tal resultado se concretizasse.

Quanto à questão identitária na própria Banda Oriental, conforme salientou João Paulo Pimenta, a política de Lecor tinha poucos efeitos na formulação de alternativas à crescente tendência à conformação da identidade “oriental”:

É bem verdade que a ordem portuguesa da Cisplatina desfrutava do apoio de vários elementos que, na década anterior, haviam depositado em Artigas suas expectativas iniciais de pacificação da província; no entanto, agora, a generalização da identidade oriental se fazia em um contexto que disponibilizava outras identidades – “portuguesa”, “lusio-americana”, “brasileira” – que eram recusadas. Ou seja: *oriental* significava, dentre outras coisas, *não ser português, lusio-americano ou brasileiro*.<sup>9</sup>

Pode-se constatar na imprensa sediada em Montevideu a crescente oposição ao regime do general Lecor, Barão de Laguna. Tal se dava não somente por questões identitárias, mas porque o domínio português, desde 1817, não havia trazido a

tranquilidade e prosperidade prometidas. Em folheto intitulado *Continuacion de las reflexiones del Oriental*, de 1822, o escriba lamentava:

El estado actual de la campaña es el mas triste y lamentable que se puede dar. No contentos sus opresores con hacer jurar à la fuerza à los infelices pueblos que gimen bajo su feroz yugo, el reconocimiento de obediencia y vasallaje al Emperador del Rio de Janeiro, ó mejor diremos, al intruso general Baron de Laguna y sus compañeros, continuan con el mas inaudito atrevimiento en dictar leyes das mas severas e irracionales que jamas se han conocido en esta provincia contra los derechos del hombre [...].<sup>10</sup>

Outro testemunho de 1822 na imprensa, dado por *Un Patriota a Los Mocitos de Tienda*, tratou da difícil situação da economia *saladera* no interior do Uruguai, questionando aos habitantes da campanha, e especialmente aos estancieros, acerca das promessas de Lecor sobre os benefícios da ocupação luso-brasileira de 1817:

Decid si no han arruinado vuestras propiedades: tiende la vista sobre vuestras haciendas y volvedla hacia los campos limitrofes. – Recordad el número de saladeros que antes de los portugueses teniamos; el de los que había en el Río Grande entonces, y el de los que ahora tiene. - ¡Ah! ¡Hasta la grasa que se consume en toda esta provincia, nos viene ya por mar del Rio Grande!<sup>11</sup>

Se a situação no campo não era boa, com as constantes razias dos estancieros do Rio Grande do Sul, que roubavam gado rumo a suas estâncias, e as forças artiguistas e luso-brasileiras consumindo os rebanhos, Montevideú viveu tempos igualmente decadentes, com os sucessivos cercos à cidade levando ao despovoamento e ruína econômica. Segundo Armitage:

Desde a primeira ocupação de Montevideú pelos portugueses, uma só obra pública se não havia empreendido; ainda que se tivessem enriquecido alguns indivíduos pela presença de um exército essencialmente mantido à custa do Governo do Brasil, a maior parte dos proprietários achavam-se arruinados, e em consequência dos repetidos assédios que a capital sofrera, haviam sido os seus subúrbios arrasados.<sup>12</sup>

Se é verdade que o impopular processo de ocupação luso-brasileira na Banda Oriental fortalecia a formação da identidade “oriental”, esta também, no bojo das lutas que se desenvolveram no Prata desde 1810, ganhava contornos que a diferenciavam do restante das províncias do estuário platino. Conforme ressaltou José Luis Romero:

Sólo en la provincia de la Banda Oriental predominaron circunstancias desfavorables a su permanencia dentro de la comunidad nacional argentina. La incomprensión de que Artigas había sido víctima por parte del gobierno de Buenos Aires, convertida luego en abierta hostilidad, predispuso el ánimo de los orientales a la separación; pero aun así no se hubiera consumado a no mediar más tarde los intereses británicos que deseaban un puerto en el Río de la Plata que fuera ajeno tanto a la autoridad del Brasil como a la de la Argentina.<sup>13</sup>

Antes que se chegasse a tal resultado, em Buenos Aires, onde a incorporação portuguesa nunca havia sido aceita, considerada uma “usurpação insidiosa”, se tentaria pelas armas reaver a Banda Oriental, em meio a uma conjuntura que não era das mais favoráveis à deflagração de uma guerra com o maior Estado estabelecido na América do Sul. Apesar do entusiasmo inicial da opinião pública portenha, da campanha em apoio aos “33 Orientales”<sup>14</sup> e ao início das hostilidades contra as forças brasileiras sediadas na Banda Oriental a partir de abril de 1825, as dissensões internas em torno de unitários e federalistas ameaçavam a manutenção do esforço de guerra platino que passava por problemas semelhantes aos enfrentados pelos brasileiros quanto ao recrutamento e financiamento, ainda mais com o bloqueio do porto portenho pela esquadra imperial em decorrência da declaração de guerra do Império de 10 de dezembro daquele ano. Já em 1827, a dura realidade política argentina levava o governo de Bernardino Rivadavia à abertura de tratativas que aceitassem a cessão da Banda Oriental:

La guerra civil recomenzaba, los delegados del Congreso no conseguían convencer a los jefes federales de la necesidad de la constitución y el gobierno de Rivadavia se vio amenazado. Necesitaba la paz a cualquier precio y equivocó el camino para lograrla, ofreciendo al Brasil por intermedio del embajador Manuel José García la posibilidad de crear un Estado independiente en la Banda Oriental.<sup>15</sup>

O tratado negociado por Manuel García, que ao final prescrevia a manutenção da Cisplatina ao Império, foi muito mal recebido em Buenos Aires, sendo rechaçado. Foi um dos elementos a indispor a oposição contra o governo de Bernardino Rivadavia, que renunciou à presidência (junho de 1828), lançando as Províncias Unidas na anarquia pela dissolução do Poder Executivo estabelecido pela Constituição de 1826. Verdade seja dita, pouca coisa podia Rivadavia fazer nas circunstâncias. A continuidade do conflito, não obstante a vitória em Passo do Rosário, fez a situação platina se deteriorar, não havendo condições de prolongar a peleja:

[...] sem recursos, sem organização, sem disciplina, sem unidade na retaguarda, com o governo de Rivadavia ameaçado de colapso político pela secessão de Córdoba e de outras províncias – três do litoral e quase todas do interior – que rechaçavam a Constituição unitária, aprovada pelo Congresso Nacional, em 24 de dezembro de 1826.<sup>16</sup>

Com efeito, as finanças do governo estavam em completa penúria. A desvalorização do papel-moeda do seu banco, “reduzido a um terço de seu valor primitivo”<sup>17</sup>, levou à carestia dos bens importados, agravada com o bloqueio do porto. A paralisia no comércio portenho fazia apodrecer couros e carne de charque estocados nos armazéns, para desespero dos produtores e dos intermediários ingleses que dominavam o comércio exterior de grosso trato naquela praça mercantil. O fluxo de importação ficou igualmente comprometido:

As exportações da Grã-Bretanha para Buenos Aires somavam mais da metade das mercadorias estrangeiras que entravam naquele porto. Em 1824 elas ultrapassaram a casa de um milhão de pesos fortes, em produtos agrícolas e manufaturados, e declinaram, em 1826, para menos de 155 mil pesos fortes, como consequência da guerra e do bloqueio.<sup>18</sup>

Nesta difícil conjuntura, Manuel Dorrego assumiu a direção da guerra. Eleito governador pela província de Buenos Aires, logo teve que entabular negociações com o Império para o fim da contenda. Firmou, em agosto de 1828, a paz com o Brasil, reconhecendo a independência da Banda Oriental, o que, por sua vez, custou-lhe mais do que o governo, como ocorrera com Rivadavia. De retorno da guerra, o general Juan Lavalle entrou em Buenos Aires à frente das forças que comandava, rebelou-se, perseguiu e fuzilou Dorrego em Navarro, a 13 de dezembro, abrindo as portas para a ascensão de Juan Manuel de Rosas como mandatário portenho, em meio à violência dos conflitos caudilhescos.<sup>19</sup>

Ao Império, a guerra foi igualmente ruinosa e contribuiu para a crescente impopularidade de D. Pedro I, forçado, por fim, a abdicar em 1831. O erário imperial vivia em estado de penúria por conta do conflito, pois o governo não conseguia “arrecadar recursos, através do sistema fiscal, para cobrir sequer metade de seus gastos, agravados com a guerra na Banda Oriental”.<sup>20</sup> Permanentes déficits orçamentários, dívida crescente, não foram poucos os resultados negativos do conflito no Sul sobre o nascente Império, isto tudo por uma província conquistada que nunca

rendera receitas ao governo central, sendo, ao contrário, uma ocupação demasiadamente onerosa.<sup>21</sup> As despesas com a guerra pesaram no endividamento do Estado. Os balanços comprovam o aumento dos gastos militares com as repartições da Marinha e da Guerra, sendo, em 1825, respectivamente de 1.492:154\$600 e 1.815:320\$000. Somente no primeiro semestre de 1828, último período da guerra, as despesas elevaram-se para 2.567:000\$000 (Marinha) e 3.200\$000\$000 (Guerra).<sup>22</sup> Após o conflito, solicitou o governo imperial, por Decreto de 1º de outubro de 1828, “hum credito de 2431:500\$000 por compensação de igual quantia, que despendeo com objetos de 1827”. Entre estes objetos, constam 845:000\$000 para a Marinha e 570:000\$000 para o Exército. Concedia-se ainda, pelo Decreto, “hum credito suplementar” da quantia de 666:000\$000 para as despesas do ano corrente, sendo destinados “600:000\$000 para o Exército”.<sup>23</sup>

Some-se a isto os prejuízos com a guerra marítima. Por um lado, o litoral brasileiro foi “infestado”, como se dizia, por corsários sob bandeira das Províncias Unidas, que cruzavam mesmo o Atlântico para atacar os tumbeiros brasileiros nos portos africanos; por outro, o bloqueio do estuário platino pela Armada imperial causava prejuízos para ambos os beligerantes. Os descaminhos do bloqueio foram uma “herança maldita” da Guerra para o Império. Segundo o *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros de 1834*, tal “era o modo ilegal com que se portava em tão desgraçado bloqueio aquelle almirante”, que “da enorme somma que temos pago, no valor de 5.815:151\$433, a diferentes nações, apenas se recolheu ao tesouro a diminuta quantia de 302:937\$852”.<sup>24</sup>

Já o corsarismo, se não chegou a ameaçar o domínio dos mares por parte da Armada imperial, causando poucas perdas quanto aos vasos de guerra brasileiros, o impacto sobre a marinha mercante fora muito maior.<sup>25</sup> Desarticulava tanto o comércio de cabotagem quanto o de longo curso:

Os estragos feitos pelos corsários argentinos haviam-se tornado tão consideráveis, que os prêmios dos seguros marítimos em comboio não se podiam efetuar por menos de dez por cento; e sem comboio trinta por cento foram frequentemente rejeitados.<sup>26</sup>

De fato, tiveram as seguradoras de arcar com o pagamento de diversas tomadas efetuadas em 1827: a Cia. Bom Conceito pagou, por “32 tomadias”, um total

de 149:336\$559; a Cia. Segurança desembolsou, por 31 presas, 145:407\$325; a Cia. Retribuição, por 14 tomadas, 138:167\$225; a Cia. Indemnidade, por 19, 62:338\$584; a Cia. Restauradora, indenizando 21, 67:870\$366; a Cia. Providente, por 23, 79:306\$085; e a Cia. Concórdia, pagou, por 7 presas, total de 55:382\$996.<sup>27</sup> Assim, temos 147 embarcações tomadas, montando a 641:704\$410 o valor total das indenizações. Os prejuízos superaram em muito este número, atingindo o corsarismo centenas de embarcações, entre saqueadas, destruídas ou levadas para o Prata para engrossar as forças portenhas. Pedro Calmon afirma terem sido “cerca de 500” os apresamentos.<sup>28</sup> Não obstante, conforme apontou João Armitage, o funesto conflito, para “além das perdas sofridas pelas companhias de seguros e indivíduos particulares, calculou-se ter custado ao Brasil cento e vinte e um milhões de cruzados, e oito mil cidadãos”.<sup>29</sup>

Pelo exposto, a experiência da Guerra Cisplatina deixou claro os riscos envolvidos em aventuras bélicas de grande envergadura na região. No plano militar, mostrou-se inviável, por terra, a conquista e submissão das respectivas capitais, Buenos Aires e Rio de Janeiro, separadas por milhares de quilômetros. Por mar, a superioridade imperial foi constante, apesar dos prejuízos com o corsarismo e algumas derrotas no bojo das pelejas no estuário do Prata, mas uma expedição naval de conquista a Buenos Aires por desembarque era assaz temerária, tendo em vista que nem a maior potência militar de então, a Grã-Bretanha, conseguira dobrar a resistência portenha em 1806-1807. A estratégia do bloqueio dos portos no estuário platino, intentada por ingleses, portenhos, brasileiros e franceses ao longo de décadas, nunca definiu uma contenda.

No plano das conjunturas políticas, o *status quo* estabelecido com a emergência do Uruguai enquanto nação foi favorecido pela instabilidade instaurada tanto na Argentina como no Brasil. Na Argentina, Rosas pelejou contra Juan Facundo Quiroga até 1835 para estender seu domínio, ainda que incompleto, pelas províncias setentrionais platinas. E, apesar de pretender recolocar a Banda Oriental sob o domínio de Buenos Aires, ao interferir nos conflitos uruguaios entre *blancos* e *colorados*, a consolidação da identidade oriental fazia com que surgissem impressos com títulos sugestivos sobre as representações que circulavam em Montevideu acerca do caudilho portenho nos idos de 1841-42, como *Muera Rosas*.<sup>30</sup>



No Brasil, após a abdicação de 1831, o período regencial foi marcado pelas revoltas provinciais, ameaçando a unidade do Império. Após a ascensão de D. Pedro II ao trono (1840), a política externa imperial se mostrou mais ativa no Prata. Entretanto, somente a aliança com o caudilho da província de Entre Rios, general Urquiza, forneceu a oportunidade para o Império livrar-se do incômodo Rosas, na intervenção de 1851-1852.

Por sua vez, claro estava que as potências estrangeiras interessadas na região, Inglaterra, França e Estados Unidos, igualmente se constituíam em adversários dos pretensos planos expansionistas tanto argentinos quanto brasileiros. Os britânicos, que tanto obraram pelo fim do conflito, que em nada interessava aos seus negócios, com os prejuízos comerciais com o bloqueio e o corsarismo, não anuiriam a um retorno do Uruguai ao domínio de Buenos Aires ou do Rio de Janeiro. A linha diplomática inglesa começava a ser desenhada já em 1812. Segundo Leon Pomer, Lorde Castlereagh assinalava de Londres a Lorde Strangford, encarregado britânico junto à corte bragantina no Rio, em agosto daquele ano: “Não posso me convencer a suportar que Montevidéu possa ser pacientemente abandonada a seu destino, e que todo o vice-reinado do Prata se sujeite ao governo revolucionário de Buenos Aires”.<sup>31</sup> Contudo, 13 anos depois, em outra conjuntura, com o domínio brasileiro sendo questionado pelas armas após a chegada dos 33 Orientais à Banda, para evitar a guerra aberta entre platinos e o Império, chegou o Foreign Office a cogitar a compra da Cisplatina por Buenos Aires ao Brasil, como propôs George Canning a Gameiro, diplomata brasileiro em Londres, em fins de novembro de 1825. Sobre as intenções inglesas, Gameiro assim se expressou: “O verdadeiro auxiliar de Buenos-Aires hé a Inglaterra que quer dar a Montevidéu a forma de cidade hanseatica sob sua protecção para ter ella a chave do Rio da Prata como tem a do Mediterraneo e Báltico”.<sup>32</sup> A visão do encarregado dos Estados Unidos em Buenos Aires, John Murray Forbes, conforme escrevia a seu governo em 1826, ia no mesmo sentido de Gameiro: “Aconteceu o que eu havia predito: trata-se nada menos do que o estabelecimento de um governo independente e neutro na Banda Oriental, sob a garantia da Grã-Bretanha [...] quer dizer, trata-se apenas de criar uma colônia britânica disfarçada”.<sup>33</sup>

No bojo das tratativas para a paz em 1828, lorde Ponsonby, encarregado inglês junto ao governo de Buenos Aires, colocava em vivas cores a determinação inglesa pela independência uruguaia:

O governo inglês não trouxe a família real portuguesa à América para abandoná-la; e a Europa não consentirá jamais que apenas dois Estados, o Brasil e a Argentina, sejam donos exclusivos das costas orientais da América do Sul, desde acima do Equador até o cabo de Hornos.<sup>34</sup>

Assim sendo, a tese das intenções britânicas quanto ao estabelecimento de um “Estado tampão” sediado em Montevidéu parece ganhar força. Não obstante, e sem perder de vista o peso da influência inglesa na mediação e resultado diplomático do conflito no Sul, foram os infortúnios em campo de batalha, o impasse criado entre as forças beligerantes, e a falta de recursos e apoio político e da opinião pública para a continuidade da peleja no Brasil que dobraram a determinação de Pedro I em manter a Cisplatina unida ao Império. Conforme salientou Pedro Calmon, mesmo ante as evidências de que a Cisplatina não deveria continuar sob poder do Império, não poderia consentir o monarca, pois “não era homem que cedesse”.<sup>35</sup> Em resposta à alusão feita pelo Conselho de Estado quanto à renúncia à Cisplatina na época das primeiras derrotas brasileiras (1825), replicava o Imperador que “antes, como Defensor Perpétuo do Brasil, juntamente com o último brasileiro, marcharia para o sul, do que consentir que essa estrela deixasse de fulgir na esfera do pavilhão nacional”.<sup>36</sup> Aos diplomatas britânicos que tentaram impedir o início das hostilidades, fez o Imperador compreender que era “um ponto de honra”.<sup>37</sup> A resignação de D. Pedro I, em 1828, aceitando a perda da Banda Oriental, mostra a inviabilidade da alternativa militar para a imposição de suas pretensões territoriais às margens do caudaloso Rio da Prata. Contudo, tentaria reavê-la pela via diplomática, mas de nada adiantou enviar o Marquês de Santo Amaro em missão à Europa (1830-31) com o fito de reaver diplomaticamente a Banda Oriental, em meio às negociações sobre a questão portuguesa. Nenhuma tratativa quanto ao Prata, entretanto, pode ser feita, e a missão malogrou completamente.<sup>38</sup>

Impossibilitados de vencer pelas armas, ou pela diplomacia, Brasil e Argentina perderam a guerra que travaram pela Banda Oriental. Com o conflito e seu resultado, consolidar-se-ia a identidade oriental, e a aversão ao Brasil teve ainda na imprensa platina dos anos 1820-1830 os contornos das divergências ideológicas entre republicanismo e monarquia, bem como acerca do repúdio ao regime escravista

brasileiro, consubstanciando a dicotomia “liberdade” x “tirania” entre platinos republicanos e o Império e seus súditos escravocratas.

Se no Prata as representações sobre o Brasil, via de regra, não eram lisonjeiras, na Corte carioca, versos irônicos quando do estabelecimento da Paz em 1828 evidenciam que a Cisplatina não deixaria saudades na memória popular:

A côrte vai deitar luto;  
A cidade se ilumina:  
Acabam nossas desgraças  
Lá se foi a Cisplatina.

Brava gente Brasileira,  
Longe vá-se amor servil;  
Deixemos os estrangeiros  
E cuidemos do Brasil.<sup>39</sup>

---

<sup>1</sup> TESTEMUNHA OCULAR (Uma): *Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975, p. 229-230. Esta obra fora atribuída pelo Barão do Rio Branco ao Barão Carl von Leenhof.

<sup>2</sup> De fato, após o choque de Passo do Rosário, as duas principais massas dos beligerantes não voltaram a bater-se. O risco de uma derrota definitiva em caso de um novo confronto de monta, que poderia levar à rendição de um dos beligerantes, gerava o impasse militar. Aparentemente, esperava-se que um dos lados cedesse pelo desgaste econômico, político e diplomático da Guerra.

<sup>3</sup> Existe, é certo, vasta bibliografia militar sobre a Guerra Cisplatina no Brasil, Argentina e Uruguai. Não obstante, a produção propriamente historiográfica, em geral, e especialmente das últimas décadas, deu pouca atenção aos aspectos militares, como se não tivessem relevância para o resultado do conflito.

<sup>4</sup> Ver JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 71 et. seq. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11345/1/Dissertacao%20Lucas%20Junqueiraseg.pdf>> Acesso em: 15 de agosto de 2016.

<sup>5</sup> CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império: o Primeiro Reinado*. Brasília: Senado Federal, 1998, vol. 2, p. 443.

<sup>6</sup> TESTEMUNHA OCULAR (Uma), Op. Cit., p. 174.

<sup>7</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 190.

<sup>8</sup> ARMITAGE, João [John]. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831*. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 54.

<sup>9</sup> PIMENTA, João Paulo G. *Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade oriental (1808-1828)*. In: PIMENTA, J. P. G. [et al.] *Revoluções de independências e nacionalismo nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 48.

<sup>10</sup> Ver transcrição em CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo (Orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, vol. 4, p. 573.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 605.

<sup>12</sup> ARMITAGE, Op. Cit., p. 115.

<sup>13</sup> ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 63.

<sup>14</sup> Sobre os 33 Orientais, há desacordos quanto ao número e data da expedição. Souza dá o desembarque (dos 33) como ocorrido em março - SOUZA, J. A. Soares. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, (tomo II, v. 1), p. 326; Vasconcelos afirma ter se dado em 12 de abril, sendo que eram “32 contando-se com os dois remadores africanos que conduziam a embarcação”. VASCONCELOS, Everaldo de. Aventureiros no Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: SDM, abr./ mai./ jun. 1949, p. 949. Para Barroso foram 34 e não 33: BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Vídeo*. Contos e Episódios da campanha cisplatina 1825 a 1828. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930, p. 20. Pomer data o desembarque dos 33 em 17 de abril: POMER, Leon, *Os conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 21. Bandeira também aceita como sendo 33, porém data o desembarque de 19 de abril: BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3. ed., Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UnB, 1998, p. 47. Mesma data consta em Carneiro, que ao se referir à composição dos 33, afirma que 16 eram estrangeiros, sendo 11 argentinos, um francês, um brasileiro, um paraguaio e dois africanos. CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: UnB, 1983, p. 29. Pelo visto, os 33 Orientais não eram tão orientais assim, demonstrando a adesão à causa republicana por elementos estrangeiros. Os autores concordam, contudo, que o comando era oriental, tendo Juan Lavalleja como chefe, seguido por outros como Manoel Oribe. Ambos foram comandantes militares na campanha que se iniciava.

<sup>15</sup> ROMERO, 2007, p. 73.

<sup>16</sup> BANDEIRA, Op. Cit., p. 54.

<sup>17</sup> ARMITAGE, 1977, p. 145.

<sup>18</sup> BANDEIRA, Op. Cit., p. 51.

<sup>19</sup> ROMERO, Op. Cit., p. 74.

<sup>20</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 97.

<sup>21</sup> Tendo em vista que à época os orçamentos imperiais restringiam-se à “Corte e Província do Rio de Janeiro”, cada província tinha que se manter com seus rendimentos. Em caso de superávit, deveriam remeter o excedente ao erário nacional, sendo que ocorrendo o oposto (déficit) seriam socorridas pelo mesmo. Era o caso da Cisplatina, posto que Lecor, em ofício de 27 de setembro de 1824, orçava os rendimentos cisplatinos “em 427:200\$ por ano, e por isso se lhe devia remeter a quantia de 245:261\$676 para as despesas do Exército e mais repartições, que foram orçadas em 672:461\$676”. Ver CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 127. Com efeito, a Cisplatina drenava receitas do Estado desde que tropas portuguesas a conquistaram na campanha de 1816-7. Constam por relatos de contemporâneos que enquanto Pernambuco recebia cerca de cinco contos de réis por ano, “Lecor, somente para as despesas suas e da guarnição, sacava 50 contos de réis, por mês, sobre o Rio de Janeiro”. Ver FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Soldado do Reino e do Império (vida do Marechal Calado)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941, p. 40.

<sup>22</sup> CARREIRA, Op. Cit., p. 136-164.

<sup>23</sup> BRASIL. *Collecção de Decretos, Editaes, Tratados e Artigos Officiaes publicados desde a sessão de 1827*. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de P. Plancher-Seignot, 1829. Moniz Bandeira (Op. Cit., p. 55), estimou em 48 mil contos-ouro as despesas totais do Império com a Guerra Cisplatina.

<sup>24</sup> CALÓGERAS, 1998, p. 438.

<sup>25</sup> Sobre o corsarismo platino, ver JUNQUEIRA, 2005, p. 53 et. seq.

<sup>26</sup> ARMITAGE, Op. Cit., p. 147.

<sup>27</sup> Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos Coloniais. II-30, 27, 26.

<sup>28</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil: o século XIX*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, vol. 5, p. 1595.

<sup>29</sup> ARMITAGE, Op. Cit., p. 166.

<sup>30</sup> O periódico *Muera Rosas!* circulou em Montevideu entre 1841 e 1842. Exemplares disponíveis em: <<http://biblioteca.periodicas.edu.uy/collections/show/82>>, acesso: 10 set. 2016.

<sup>31</sup> POMER, 1979, p. 15.

<sup>32</sup> CALÓGERAS, Op. Cit., p. 423.

<sup>33</sup> Ver transcrição em: POMER, Op. Cit., p. 22.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>35</sup> CALMON, Op. Cit., p. 1585.

<sup>36</sup> TESTEMUNHA OCULAR (Uma), 1975, p. 162.

<sup>37</sup> LIMA, 2000, p. 186.

---

<sup>38</sup> Sobre a Missão Santo Amaro, ver CALÓGERAS, Op. Cit., p. 460 et. seq.  
<sup>39</sup> CALMON, Op. Cit., p. 1599.